

## EDITORIAL

### ÉTICA

Lourenço Zancanaro<sup>1</sup>  
Editor convidado

A palavra ética nunca foi tão pronunciada como nos últimos tempos. Está associada às empresas, ecologia, meio ambiente, educação, política, trânsito, genética, bioética, tecnologia e responsabilidade com o futuro. A preocupação com essa gama de situações e direcionamentos mostra que a solução dos problemas envolve uma redefinição e uma nova compreensão de seu sentido e de sua prática. A consideramos, portanto imprescindível, uma questão de sobrevivência. Desta forma não podemos fechar os olhos para o mundo e esperar que os problemas sejam solucionados por decreto. Ela é uma atitude, um modo de ser, um dever-ser, um querer onde a vontade precisa estar empenhada na busca do bem e da felicidade. Por isso não é somente uma utopia, mas uma ação prática que necessita fundamentar-se numa “teoria da felicidade”.

O ato e o efeito de uma ação provocam conseqüências que podem tornar-se benéficas ou maléficas às pessoas ou à natureza. As coisas não são ruins, nem mesmo a ciência ou a técnica, mas o valor que atribuímos a elas, fruto de nossas escolhas é que pode dar um sentido distorcido. Isto quer dizer que a condição de moralidade de uma ação está na liberdade de escolha. Se a eliminarmos, também destruiremos o que há de mais sagrado nas pessoas: sua capacidade ética, pois a essência do humano está na liberdade.

Ninguém ensina ética, assim como ninguém nasce ético. O que está ao nosso alcance como seres racionais é podermos desencadear processos reflexivos que levem a deliberação, proceder a escolhas justas, benevolentes, prudentes, responsáveis, respeitadas em relação à sua dignidade e de tudo que nos cerca. Em outras palavras, a ética é condição necessária à cidadania. Só poderemos falar em cidadania social, econômica e civil se ela estiver na base. Uma ação só se tornará ética quando se transformar em política pública.

Na compreensão clássica, a ética tinha o sentido de “morada”, “dever-ser”, “caráter”, um modo de ser adquirido, um exercício, busca da felicidade. Atualmente dizemos que continua tendo o mesmo significado dos tempos remotos onde suas reflexões buscavam o significado de “teoria da felicidade” ou “teoria da vida bem sucedida”. No

---

<sup>1</sup> Professor do Depto. de Filosofia e do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina.  
E-mail: lzanca@uel.br

sentido originário, teoria quer dizer “recolher” entendimentos possíveis de como se deve construir uma sociedade organizada em parâmetros racionais como: justiça, equidade, bem comum, autonomia, beneficência, cujo fim é a vida feliz. Ao deslocar-mos esse mesmo sentido para os nossos dias, estaremos construindo igualmente em nossa sociedade complexa uma teoria da felicidade. Na tradição antropocentrada a dimensão de espaço e entre as pessoas era, de vizinhos, de amigos, da polis, ou seja, as relações eram confinadas ao horizonte local, ao agir próximo. Quanto à dimensão do tempo, o futuro era a eternidade e a sabedoria se resignava ao desconhecido. O fato é que hoje já não a entendemos somente como uma relação próxima, mas também como “ética do futuro”. Agora as ações podem produzir efeitos de longo prazo, em escala global, planetária.

O significado da ética nos remete inexoravelmente à educação e à solidariedade. Para os gregos, especialmente em Aristóteles, era entendida como “exercício”, caráter e modo de ser que se adquire pela deliberação. O mesmo, afirmamos em relação à educação. Educar tem o sentido de reeducar-se e é uma tarefa infinita das gerações presentes e futuras. Todas necessitam passar por esse processo. Nenhuma etapa pode ser esquecida, senão sofreremos as conseqüências futuras. Na medida em que as boas ações são levadas à deliberação, a probabilidade destas serem internalizadas como valores concretos na polis aumentam sensivelmente.

Alguns questionamentos são necessários para podermos entender o significado da educação numa sociedade marcada pelo consumo e pela obsolescência programada. Quando utilizamos o conceito obsolescência programada, estamos dizendo que tudo necessita ficar velho o mais rapidamente possível para que outros objetos ocupem seu lugar. Exemplos claros desse processo de envelhecimento precoce, onde objetos culturais são substituídos rapidamente por outros, nos leva a pensar na crise de valores, especialmente na relação entre o “ter” e o “ser”. Outro problema reside no excesso de subjetivismo nas relações humanas. Se a subjetividade é fundamental para a autonomia, também pode induzir à arbitrariedade e a decisões sem parâmetros. Tal situação faz com que nos deparemos com a crise de valores que se expressa na atitude relativista diante de fatos como, violência, corrupção e banalização da vida,

O ceticismo parece ser a grande marca da contemporaneidade, sobretudo na política. Se a educação acontece nesse espaço repleto de contradições, é fundamental dizer que seu suporte está na ética, pois deve ser entendida na perspectiva de proporcionar uma ação cidadã, justa e autônoma. A condição necessária para a cidadania está nela, entretanto, pode torna-se discurso vazio se não houver a justiça. A educação que não tiver no horizonte o ideal de uma vida bem sucedida, de felicidade e solidariedade, dificilmente realizará as cidadanias civis, sociais e econômicas.

A capacidade racional de arbitrar se oferece como possibilidade concreta de educar para a autonomia da razão. A autonomia nesse caso funciona como busca consciente de bens que levam à felicidade, uma vez que eticamente somos livres para buscar a realização e não a destruição.

Se não é suficiente fazer uma exegese dos termos, ética e bioética, é imprescindível aprofundar as condições históricas em que esta reflexão surgiu. A experiência moral na antigüidade, tratava-se acima de tudo de uma experiência de vida fundada num ideal de agir, o qual culminou num elenco de valores sistematizados em códigos. Esses preceitos eram uma espécie de *pharmakon* para a vida em sociedade.

O homem, independentemente do tempo e do lugar, sempre se sentiu responsável pelo seu destino. Isto aparece de maneira clara no Exame de Consciência do Livro dos Mortos, no Código de Amurabi, no Decálogo, na Ética Grega, no Sermão da Montanha, na Ética Social, na Ética do Dever, na Ética da Responsabilidade (Weber), Ética da Responsabilidade (Hans Jonas), Ética Discursiva e atualmente na Bioética.

O que está claro é que a essência do agir mudou e por isso são necessários imperativos adequados ao novo tempo que correspondam ao mundo globalizado. Agora o futuro é algo concreto, e que está na esfera do nosso poder, mas às vezes é desmedido, onipotente e pode causar impactos irreversíveis. Tal realidade reclama um amor à distância para as gerações futuras, uma ética do futuro, ao mesmo em que mostra a insuficiência dos imperativos tradicionais. O homem é senhor do seu próprio destino, porém também uma realidade finita.

As ações potencializadas possibilitaram o surgimento da vulnerabilidade da natureza, agora somos responsáveis porque temos poder sobre ela. Quanto mais poder, maior nossa responsabilidade.

Os perigos decorrentes dos efeitos cumulativos são visíveis. Há uma alteração da *techne*. A moderna tecnologia tem se lançado num avanço permanente, autotranscendente. Seu sucesso está consubstanciado sobre o máximo controle das coisas o qual aparece como consumação de seu destino. É o triunfo do *homo faber* sobre o *homo sapiens* onde a diferença entre o natural e o artificial diluiu-se, basta citar os limites entre cidade e natureza.

Se os imperativos da moral tradicional não são mais suficientes, qual imperativo seria mais adequado para o agir moderno? Hans Jonas responde: **“Age de maneira tal que os efeitos de tuas ações não coloquem em risco a possibilidade de vida no futuro”**. Seu significado funda-se no princípio de que todas as formas de vida devem ser respeitadas porquanto foram retiradas do seu lugar de honra. A vida é o valor, o bem intrínseco que por si só clama existir. Vivemos imbricados por uma dialética da complementaridade.

A existência não é definitiva, mas projeto, que dependendo da compulsão pode colocar em risco a existência. Por isso exige uma ética do cuidado, da renúncia, do limite, porque estamos diante da possibilidade da impossibilidade da existência.

Porque ética do futuro? O futuro do qual somos responsáveis é o autêntico fim de nossa responsabilidade. Hans Jonas afirma: “Preservar a natureza e a humanidade da possibilidade de uma catástrofe é ampliar a responsabilidade, levando em conta o alargamento espacial e temporal das relações de causa e efeito que a prática tecnológica suscita. O dever agora é pensado a partir do poder-fazer. O poder passa a ter sentido de obrigação moral diferentemente da obrigação contratual”. O melhor deve ser sempre mais desejável do que o pior. O imperativo da responsabilidade não pode ser elaborado nem compreendido sem que a vida esteja implicada. Não é uma responsabilidade limitada aos atos passados, mas em relação ao futuro. O ato e o efeito de nossas ações não podem destruir a possibilidade.

A Revista Estudos Universitários ao dedicar um tema tão especial mostra que a reflexão ética permeia todas as direções. Revela especialmente que o homem não pode estar limitado aos conceitos clássicos da ética tradicional, mas expande-se para uma visão de mundo, multifacetada, plural, composta de “diferentes morais”. No “Dever e inclinações em Kant”, Aguinaldo Pavão busca um entendimento sobre as inclinações e até que ponto pode ou não retirar o valor moral de uma ação. Na mesma perspectiva do pensamento Kantiano, Delamar José Volpato Dutra discorre sobre “Os fundamentos jurídicos e filosóficos da paz: uma leitura de “à paz perpétua: um projeto filosófico” de “Kant”, um projeto filosófico que tem como objetivo ajudar na tarefa da cultura da paz. Paulo Roberto Albieri Nery destaca admiravelmente no artigo “A dádiva do banquete: para uma abordagem vincucionista de festa” o fenômeno das relações interpessoais, onde o sentimento da dívida leva a pessoa a retribuir um gesto reconhecido como dádiva. Esta é uma dimensão antropocêntrica fundada na reciprocidade.

A bioética, sua fundamentação e princípios são o objeto de análise de José Roberto Garcia, no artigo “Bioética: princípios fundamentais e alternativas” levando em conta uma leitura na perspectiva da ética da alteridade de Emmanuel Levinas. Jovino Pizzi e Fabiane C Rittmann destacam no artigo “Bioética como ética aplicada: um novo desenho para a ética”, a importância que as transformações tecnológicas tiveram no sentido de redesenhar uma nova ética. Da mesma forma Arthur Henrique de Oliveira, em “Bioética e concepções religiosas”, remete a um dos principais objetos de discussão da ética atual: a pesquisa com células tronco. Flaviano de Oliveira Fonseca traz à baila em “NOVOS SABERES: Entre Epicuro e Hans Jonas: renascimento da ética como bioética”, o debate entre ética, tecnociência, e meio ambiente. Marcelo Pelizolli em “Ética ambiental como responsabilidade universal: notas de uma inspiração Budista Tibetana”,

vê a natureza como sistema orgânico. Finalmente Edi Carlos A. Marques e Lourenço Zancanaro, propõem em “A ética do discurso e a educação em crise: uma aproximação possível” a possibilidade da aplicação da ética do discurso como um modelo comunicativo que objetive o exercício da autonomia e da responsabilidade na escola.

Agradeço a todos os articulistas e colaboradores, ao professor Marcos Antonio dos Santos Reigota pelo convite e pela confiança, à UNISO pela atenção e compromisso com a Educação e a Cultura.